

Enunciação e política de línguas no Brasil

Eduardo GUIMARÃES

Universidade Estadual de Campinas

Considerando o fato de que o Brasil é um país multilíngüe, tomo como objetivo específico aqui a reflexão sobre a política de línguas no Brasil, observando a divisão do Português no espaço brasileiro. Procurarei descrever e interpretar este fato com a finalidade de caracterizar a sua especificidade enquanto um fato próprio do funcionamento de relações de línguas. Trata-se, então, de pensar historicamente a política de línguas no espaço brasileiro.

Um aspecto histórico do funcionamento das línguas é que elas funcionam sempre em relação a outras línguas. Por outro lado, as línguas são sempre divididas e é por isso que se tornam, historicamente, outras.

No Brasil o conhecimento sobre a língua portuguesa teve um papel muito particular na segunda metade do século XIX. Neste momento, e principalmente na década de 1880, como parte de um movimento intelectual de separar o pensamento brasileiro da influência única de Portugal, os estudos sobre o português no Brasil fizeram parte de um movimento que procurou estabelecer a diferença do português do Brasil relativamente ao português de Portugal e teve assim papel decisivo na constituição da nacionalidade brasileira¹. Estes estudos tomaram a forma específica de gramáticas e dicionários brasileiros e, na forma de um conhecimento descritivo e normativo, fizeram parte da constituição de nosso imaginário de língua nacional para o Brasil.

Espaço de Enunciação e Distribuição das Línguas

As línguas são afetadas, no seu funcionamento, por condições históricas específicas. Para tratar disto vou trazer aqui o conceito de espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2002). Para mim, as línguas funcionam segundo o modo de distribuição para seus falantes.

Ou seja, línguas não são objetos abstratos que um conjunto de pessoas em algum momento decide usar. Ao contrário, são objetos históricos e estão sempre relacionadas inseparavelmente daqueles que as falam. Não há língua portuguesa, sem falantes desta língua, e não é possível pensar a existência de pessoas sem saber que elas falam tal língua e de tal modo. É por isso que as línguas são elementos fortes no processo de identificação social dos grupos humanos. O espaço de enunciação é que atribui as línguas para seus falantes. E cada espaço de enunciação tem uma regulação específica, ou seja, distribui as línguas em relação de um modo particular.

Para falar desta distribuição das línguas para seus falantes, vou considerar aqui algumas categorias normalmente usadas de modo, às vezes, tácito e não definido. Vou apresentar cada uma das categorias e dar delas uma definição provisória, cuja compreensão pode ser depois desenvolvida em outra ocasião. *Língua materna*: é a língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que se nasce a praticar; nesta medida ela é, em geral, a língua que se representa como primeira para seus falantes. *Língua Franca*: é aquela que é praticada por grupos de falantes de línguas maternas diferentes, e que são falantes desta língua para o intercuro comum. *Língua nacional*: é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo. *Língua oficial*: é a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais. Pode-se ver que as duas primeiras categorias tratam das relações cotidianas entre falantes e as duas seguintes de suas relações imaginárias (ideológicas) e institucionais.

Feita esta caracterização, vou considerar que o espaço de enunciação é o modo de distribuir, segundo as definições acima, as línguas em relação. Esta distribuição das línguas para seus falantes é sempre desigual. E este modo de distribuição é elemento decisivo do funcionamento de todas as línguas relacionadas. Se temos, por exemplo, num certo espaço de enunciação, diversas línguas maternas e uma língua nacional, elas tomam seus falantes cada uma a seu modo. O espaço de enunciação é assim político.

A Diversidade do Português do Brasil

Uma língua, ao funcionar, se divide em virtude de sua relação com seus falantes. No espaço de enunciação os falantes não são tomados enquanto indivíduos psicologicamente. Os falantes são caracterizados histórico-socialmente pelo modo como são tomados pelas línguas (e pelas divisões que a constituem) e assim se distinguem lingüisticamente. Consideremos quanto a isso a língua portuguesa do Brasil.

Línguas do Brasil, Civilização e Cultura

Antes de passarmos a nosso objeto específico, é bom lembrarmos que o Brasil é um país multilíngüe, e que nele são praticadas em torno de 200 línguas. De um lado o Português, de outro as línguas indígenas assim como as línguas de imigração. Há, ainda, as línguas de fronteira, resultado muito particular da relação política geo-lingüística de Estados diferentes. A relação entre estas línguas é regulada pelo fato de que o Português é língua oficial do Brasil e a língua nacional do povo brasileiro. A distribuição destas línguas para seus falantes dá ao português a característica de língua civilizada, em oposição às línguas indígenas (GUIMARÃES, 2000). A própria lingüística histórica brasileira faz

parte do processo de sustentação desta distribuição hierarquizada das línguas, como mostro em outro texto (GUIMARÃES, 2004a). Como mostrei, as línguas indígenas aparecem, nesta divisão, como línguas de cultura, ou seja, línguas que fazem parte do que caracteriza as culturas dos povos que as praticam, sendo estes, então, caracterizados, entre outras coisas, por suas línguas. O português, por outro lado, aparece como língua civilizada que, por esta razão, ou nesta medida, suplantou estas línguas no processo histórico.

Outro aspecto interessante a registrar, antes de passarmos a nosso objeto específico neste texto, é que as línguas de imigração ficam separadas do português, mas, na medida em que são línguas também consideradas civilizadas, se separam por outro lado das línguas indígenas.

2.2. O Político e as divisões da Língua Portuguesa

Enquanto língua do Estado e língua nacional, o português dispõe de instrumentos específicos de organização do espaço de enunciação: a Escola, a gramática e o dicionário. A estas se junta de maneira decisiva hoje a mídia. Estas instrumentações da língua trabalham incessantemente sua divisão entre o correto e o errado. E o que esta distribuição desigual atribui aos falantes? Duas ordens de divisão social da língua no seu funcionamento. De um lado uma divisão vertical, e de outro uma divisão horizontal.

A divisão vertical produz uma distinção entre duas variedades da língua (que vou aqui chamar de registros): o registro formal e o registro coloquial. Sendo, notadamente este segundo, subdividido de diversos modos. O primeiro é a língua escrita dos documentos oficiais, dos textos da mídia, da ciência, da literatura e outros gêneros correlatos. O segundo é a língua praticada no dia a dia. Este segundo registro tem divisões muito variadas. Podemos considerar, segundo as descrições em geral feitas pelos lingüistas, duas subdivisões: a língua coloquial de pessoas de alta escolaridade e a língua coloquial de pessoas de pouca escolaridade. É a diferença entre, por exemplo, a língua coloquial de estudantes universitários, professores, profissionais liberais, etc. e a língua coloquial de pessoas de pouca escolaridade, comum na periferia das cidades, nas regiões rurais, etc.

A divisão horizontal produz uma distinção entre variedades que são chamadas em geral de dialetos ou falares. No Brasil não há ainda uma descrição global destas diferentes divisões. Com os perigos ligados às imprecisões que contém, lembro aqui a classificação dos falares de Antenor Nascentes. Para ele há no Brasil sete falares: amazônico, nordestino, baiano, mineiro, fluminense, sulista, incharacterístico. Os estudos de variedades que vêm se fazendo nas últimas décadas têm mostrado divisões no interior destes falares colocados pela classificação de Nascentes. Podemos, por exemplo, ver as diferenças indicadas no falar sulista, que já pode ser, ao que tudo indica, dividido em falares como o gaúcho, o paulista, o matogrossense (conhecido como falar cuiabano)² e muito provavelmente em alguns outros.

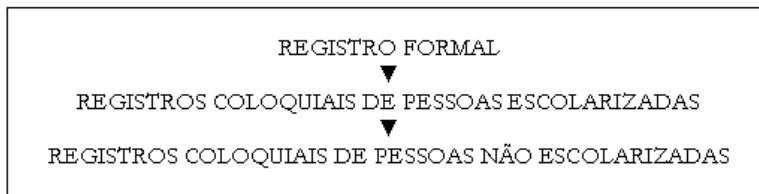
A apresentação que acabo de fazer destas divisões da língua levaria a pensar que elas funcionam em igualdade de condições em uma sociedade específica. Mas não é o caso. Estas divisões de língua são atribuídas a seus falantes politicamente. A distribuição não é de igualdade. O que se tem não é algo como (onde — significa *corresponde*):

DIVISÃO 1 — DIVISÃO 2 — ... — DIVISÃO n

Quanto à divisão que chamei vertical, ela é afetada por uma relação hierarquizada. Ela divide a língua de tal modo que suas divisões hierarquicamente mais baixas são predicadas como não pertencendo à língua. O Registro formal passa a ser normativamente *a língua*, e as demais divisões da língua são significadas como erradas. As instrumentações da língua como gramáticas e dicionários, e as instituições reguladoras como Escola e Mídia têm nisso papel decisivo. Tem-se algo como (onde ▼ significa *superior a*):



E as diversas línguas do cotidiano são hierarquizadas entre si, levando a uma valoração que podemos representar como:



Assim se constitui o *certo* e uma hierarquia de gravidade de *erro*. O registro formal é significado como correto e passa a ser tomado como norma reguladora da língua, passa a ser ele mesmo *a língua*.

As divisões horizontais são também politicamente hierarquizadas. E esta hierarquização se torna mais radical pelo atravessamento da divisão horizontal pela divisão vertical. Deste modo certos falares regionais são significados só como línguas coloquiais, e mais especificamente como línguas coloquiais de pessoas não escolarizadas. É como se numa língua regional (um falar) não houvesse a distinção registro formal - registro coloquial. Se tomarmos como exemplo o espaço de enunciação da região matogrossense, poderíamos observar que há, por exemplo, entre as falares regionais aí em relação algo como:



A hierarquização deste espaço de enunciação se sustenta na observação do modo como, por exemplo, a Escola aceita os diversos falares regionais como formas de corrigir o falar de Mato Grosso³.

Esta hierarquia é afetada pela primeira (a hierarquia dos registros) e resulta em que a língua do Mato Grosso é afastada do registro formal. A que isto leva? Leva a que, nas regiões desses falares não incluídos, a Língua formal é a de outra região. No caso do exemplo, a língua formal é a do sul ou a fluminense, por exemplo. E toda a língua da região é assim significada como errada. Vai-se assim mais longe do que simplesmente reduzir a língua a seus registros coloquiais.

Esta divisão se agrava, já que esta hierarquia traz consigo a sobreposição da língua oficial e da língua nacional, à qual se acresce, e isto é o elemento mais forte do processo de hierarquização política, a sobreposição destas à língua materna⁴. Com esta sobreposição o português não é só a língua nacional e oficial, mas também a língua materna dos brasileiros. Deste modo se um falar regional é identificado com o registro coloquial do português, então esta língua regional (toda ela) está fora da língua nacional e da língua oficial. E ao mesmo tempo, sendo a língua materna de seus falantes, não é a língua materna deles enquanto brasileiros.

A isto acresce um outro fato de ordem política. A distinção escrito/oral se sobrepõe também à língua oficial/língua nacional. Esta sobreposição identifica língua escrita com língua oficial e nacional. Identificando, ao mesmo tempo, língua oral com registro coloquial. Assim um falar regional privilegiado (do sul, fluminense, por exemplo) leva a que a divisão vertical formal, com os parâmetros do escrito, seja significado como *a língua*. Ou seja, o registro formal é identificado à língua escrita de um falar regional privilegiado politicamente.

O efeito final na construção da representação do certo contra o errado se dá pela naturalização de todas estas configurações políticas no espaço de enunciação. Assim a distribuição política das línguas para seus falantes é tomada como natural e instala-se a norma como algo da “natureza”.

Conclusão

Compreender o caráter político do espaço de enunciação é parte de um processo para se saber como mudar/afetar nosso espaço de enunciação refazendo-o politicamente.

O Espaço de enunciação brasileiro se caracteriza por uma sobreposição muito particular entre língua oficial / língua nacional / língua materna. A esta sobreposição dá-se uma outra, a do escrito sobre a língua do Estado (oficial). Deste modo não resta às divisões regionais do português (como também a todas às línguas indígenas) a condição de língua materna para seus falantes enquanto brasileiros. Isto leva ao efeito, por si só paradoxal, de que se constitui a necessidade de ensinar a língua materna para os falantes que não a sabem (em verdade não a têm).

Como indicamos antes, a história das relações de línguas no Brasil organizou o espaço de línguas brasileiro a partir do valor da civilização que determina a língua oficial e nacional. E nesta medida o valor da civilização predica positivamente o registro formal dos falares prestigiados. Em contrapartida, tudo o que não entra no predicado do civilizado é primitivo. E o primitivo predica, por serem excluídas do que se considera civilizado, as divisões não prestigiadas do português, juntamente com as línguas indígenas⁵. Poderia

dizer que temos relações como as que seguem (⊥ significa *determina*, — significa *corresponde* e a barra de separação significa *oposição*):



O conceito de civilização como valor único, ao substituir, nas relações entre as sociedades humanas, o de colonização conseguiu uma extraordinária forma de sobrevida no modo de estabelecer relações de supremacia entre grupos sociais, povos, nações, países, etc.

Ou seja, os registros e os falares pouco valorizados, assim como as línguas indígenas de modo geral, além de significados como errados, são “línguas maternas” mas não de brasileiros, e são significados como línguas de cultura por oposição às línguas civilizadas. São assim significados como primitivos. Por outro lado, enquanto línguas de cultura são línguas de identidades locais, e não de identificação com a nação, com o povo brasileiro.

Diante disso é que consideramos que um efeito fundamental para o quadro das línguas do Brasil seria desfazer esta sobreposição. Isto produziria o efeito de distinção entre língua materna, língua nacional e língua oficial de um lado, e de outro língua escrita de língua coloquial. O efeito de constituição destas distinções políticas sobre as línguas torna possível descartar o normativo e a distinção certo/errado, assim como não separar os falantes destas línguas de sua brasilidade. E mais importante que isso, desfazer esta sobreposição faz desaparecer a distinção entre civilização (valor único) e cultura (valores relativos). A determinação da língua portuguesa como língua civilizada no espaço de línguas do Brasil tem sido determinante no modo de se sustentarem posições normativas muito duras nas instituições que lidam com a língua como a Escola e a Mídia. Além da noção de erro dá-se que os registros e falares não legitimados, assim como as línguas indígenas, ficam fortemente afetados pelo sentido do primitivo, do grosseiro, do selvagem.

Ao mesmo tempo, com este tipo de deslocamento político, a questão das línguas de imigração não seria uma ameaça contra o Estado, já que língua materna, ou mesmo língua nacional, não se sobreporia à língua oficial. E elas não estariam distanciadas como civilizadas das línguas e falares e registros “primitivos”. Como resíduo interessante deste deslocamento teríamos ainda uma ação de política de línguas no Brasil contra a possibilidade de estabelecimento de uma língua franca global, como se pretende com o Inglês. E veja que não se trata de produzir regulações sobre as línguas, mas de produzir uma reorganização no modo de distribuir as línguas para seus falantes no espaço de enunciação brasileiro.

Notas

1. Sobre isso ver, entre outros, Guimarães e Orlandi (orgs.) (1996), Orlandi (org.) (2001), Orlandi e Guimarães (orgs.) (2002) Orlandi (2002) e Guimarães (2004).
2. Sobre o falar cuiabano ver, por exemplo, Palma (1980) e Bisinoto (2000).

3. A este respeito ver Bisinoto (2000)
4. Para uma análise mais específica destes aspectos ver Guimarães (2005)
5. Como já se pode ter observado, não estou considerando neste texto a questão das línguas africanas na história das línguas do Brasil.

Bibliografia

- BISINOTO, L. **Atitudes Sociolingüísticas em Cáceres (MT): Efeitos do Processo Migratório**. Dissertação de mestrado, Departamento de Lingüística, Unicamp, 2000.
- PALMA, M.L.C. **Variação na Fala de Mato Grosso: um Estudo Sociolingüístico**. Mestrado, Rio de Janeiro, PUC, 1980.
- GUIMARÃES, E. “Línguas de Civilização e Línguas de Cultura. A Língua Nacional do Brasil”. In Barros, D.L.P. (org.) **Os Discursos do Descobrimento**. São Paulo, Edusp/Fapesp.
- GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**. Campinas, Pontes, 2002.
- GUIMARÃES, E. **História da Semântica. Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil**. Campinas, Pontes, 2004.
- GUIMARÃES, E. “Civilização na Lingüística Brasileira no Século XX”. **Matraga**, 16. Rio de Janeiro, UERJ, 2004a.
- GUIMARÃES, E. “A Língua Portuguesa no Brasil”. **Ciência e Cultura**. São Paulo, SBPC, 2005.
- GUIMARÃES, E. e ORLANDI, E.P. “Identidade Lingüística”. **Língua e Cidadania**. Campinas, Pontes, 1996.
- ORLANDI, E.P. (org.). **História das Idéias Lingüísticas no Brasil**. Campinas, Unemat Editora/Pontes, 2001.
- ORLANDI, E.P. **Línguas e Conhecimento Lingüístico**. São Paulo, Cortez, 2002.
- ORLANDI, E. P. e GUIMARÃES, E. (orgs.) **Institucionalização dos estudos da Linguagem. A Disciplinarização das Idéias Lingüísticas**. Campinas, Pontes/Capes, 2002.